

SESSÕES DO PLENÁRIO

94ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de setembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. PASTOR SGT ISIDÓRIO *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Augusto Castro, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Brasileiro, Cel. Gilberto Santana, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gaban, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joseildo Ramos, Jurandyr Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Sandro Régis, Temóteo Brito, Tom Araujo e Zé Raimundo. (37)

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Herbert Barbosa, comunicando sua ausência da sessão no dia 26/08/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Sandro Régis, comunicando sua ausência das sessões nos dias 07 e 22/08/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Targino Machado, comunicando sua ausência da sessão no dia 12/09/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Pedro Tavares pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados presentes, queria, mais uma vez, comentar o descaso do governo do Estado com a região Sul do Estado da Bahia. Queria falar de um assunto relacionado a Itabuna e toda região. Trata-se da paralisação das obras da construção da barragem do Rio Colônia que fica no distrito de Estiva, Pedrão. Foi uma mobilização regional diante dessa importante obra.

O governo do Estado anunciou com toda pompa, com toda importância, o começo dessa obra, e até agora nada. O que vemos é a obra paralisada, os prefeitos da região muito preocupados, as cidades que ficam no entorno da obra prejudicadas. Foi gerada uma expectativa muito grande de emprego e também a expectativa de solucionar a questão da água no município de Itabuna e região. E o que vemos hoje é a obra parada.

Então eu queria, mais uma vez, chamar a atenção do governo do Estado para explicar à sociedade do Sul da Bahia, mostrar a Itabuna, o que é que está acontecendo com essa barragem, por que parou? Quando é que recomeça essa obra tão importante que o governo anunciou com tanta pompa dizendo que era a grande obra da região? E cadê a obra? A obra está parada, não anda. Na hora que anunciou, foi aquela pompa, dizendo que iria fazer, que era o sonho da região. E o que vemos é a paralisação dessa importante obra. Então eu queria, mais uma vez, cobrar do governo do Estado para que ele se pronuncie dizendo o que é que está acontecendo com a barragem do Rio Colônia, o que é que está acontecendo com essa importante obra de Itabuna.

Deputado Leur Lomanto, V.Ex^a que é conhecedor daquela região, filho da região do cacau, filho de Jequié, neto do ex-governador Lomanto Júnior que tanto trabalhou por aquela região, é impressionante o descaso, deputado Carlinhos Brasileiro, do governo do Estado com aquela região.

Vejamos a questão da segurança pública em Ilhéus e em Itabuna. Em Itabuna, as pessoas vivem assustadas, aterrorizadas. O índice de assaltos, homicídios, enfim, a violência pública naquela cidade, naquela região, é de assustar. E quais são as ações do governo do Estado para diminuir a violência?

Realmente, o governo do Estado não olha com carinho para a região Sul. Vejam os senhores a questão do cacau, dos produtores rurais que tanto contribuíram para a Bahia. O ex-governador Lomanto Júnior, na época em que era governador do Estado, ligava para o Porto Malhado para ver como estava a produção do cacau, como estava sendo escoado o cacau, para saber quanto de ICMS, de arrecadação ele podia contar naquele mês.

Então o que se vê é um governo do Estado que não tem ações, que não olha com carinho para aquela região. A região cacaueira vive sofrendo, e sofrendo muito, com a questão do cacau. Quais são as ações do governo para melhorar a questão do cacau? Por que o governador não utiliza a sua autoridade, o governador que se diz amigo íntimo da presidente, do mesmo partido da presidenta, e não vai lá para mostrar a situação dos produtores rurais que estão lá endividados, que estão quase

que falidos? Então, é essa a forma como o governo do Estado trata a nossa região Sul.

Tem a questão da ponte, deputado Leur Lomanto Junior, que foi também anunciada com toda pompa. Como estão essas obras? Não vemos essas obras andarem em Ilhéus.

E tem a questão que falo todos os dias pelo meu dever de parlamentar da região Sul, parlamentar da Bahia, que é a questão dos conflitos em Buerarema. Ainda ontem os produtores rurais fecharam mais uma vez a BR-101, mostrando todo o clima de tensão, todo o clima de preocupação daquela cidade, daquela região. As invasões de terra, deputado Carlos Brasileiro e deputada Luiza Maia, ainda continuam. E quando será tomada uma decisão? Quando será tomada uma ação? O governador Jaques Wagner, como maior autoridade deste Estado, tem que puxar para si essa questão. Tudo bem que é um problema federal, uma questão federal, mas quem está morrendo, quem está sofrendo é o povo da Bahia, quem está sofrendo é a economia da Bahia. Então, governador, tome uma posição. Quero ver sua ação como governador para ir ao governo federal cobrar uma solução definitiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Com a palavra a querida deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, senhores poucos deputados, quero registrar com satisfação a presença de dois vereadores da cidade de Catu, Nenga do Leite, do PSD, e Nil Prefeitura, do PTB. Eles estão aqui, presidente neste momento, deputado Isidório, pedindo o nosso apoio, porque têm sofrido uma perseguição constante de um delegado e de um agente da polícia civil a mando desse delegado. E nós entendemos que é um absurdo, uma arbitrariedade, e que esta Casa precisa se posicionar. Porque, se essa moda pegar, o que serão dos nossos parlamentares do interior? Deputado e vereador já têm uma limitação grande para exercer seus mandatos, para exercer as suas funções de eleitos pelo povo, sabemos dos limites, hoje, do Poder Legislativo. E, agora, um delegado resolveu perseguir. E já perseguiu mais dois, o presidente da Câmara e mais outro vereador.

Então, queria, desta tribuna, pedir o apoio dos deputados aqui presentes e que V.Ex^a comunique, também, ao presidente Marcelo Nilo esse nosso apelo, porque a Bahia precisa saber e o governador precisa tomar uma providência imediata afastando esse delegado e esse agente de polícia para que a paz, a tranquilidade e o exercício do Poder Legislativo reinem em Catu da forma como a democracia permite. Isso não tem cabimento, é um absurdo a prática da perseguição, a prática de agredir, intimidar. O vereador não pode falar na tribuna, deputado Carlos Brasileiro, que no outro dia o delegado manda o agente atrás ameaçando, batendo e agredindo. Coisas que até não acreditaríamos se não tivéssemos certeza do que está acontecendo lá.

Quero dizer a V.Ex^{as} que contem com o meu apoio, contem com a minha solidariedade, vamos tomar as providências. O deputado J. Carlos também já tem ajudado nessa discussão e nesse enfrentamento. Vamos apelar para o governador e

para o secretário de Segurança Pública, o delegado geral, porque não é possível uma coisa dessa. Afinal de contas, delegado é cargo efetivo, mas ele está lá como titular nomeado pelo governador. E está na contramão da orientação do nosso governador. Porque conheço o governador Wagner e sei que não é orientação dele mandar delegado agredir. Delegado não tem poder para isso. V.Ex^{as} têm poder até maior, porque foram eleitos, e ele é cargo de carreira, tem que prestar contas para o chefe dele, V.Ex^{as} têm que prestar contas para o povo.

Faço questão de pegar esse meu pronunciamento junto com a documentação que trouxeram para encaminharmos para o governador, para o Ministério Público, para a Corregedoria da Polícia Civil, alguém vai ter que dar um freio nele. Porque ele é arbitrário, está fora da lei e não pode continuar fazendo isso, amedrontando os parlamentares de Catu como se fosse o xerife. Digam a ele que essa época já passou e que ele tem que se enquadrar como um delegado de um Estado que tem um governador que preza pela democracia, pelo respeito aos cidadãos, principalmente pelos eleitos.

Quero também dizer que nesta semana houve denúncia de vereador. Um outro em Santo Antônio de Jesus chama um companheiro nosso do PT de preto, vagabundo e mais outro nome. O deputado Yulo Oiticica saiu na frente e marcou um ato de repúdio a essa expressão de preconceito e de racismo em Santo Antônio de Jesus para a segunda-feira, às 16 horas, e estaremos lá presentes também assinando, o deputado Yulo não está aqui presente, essa moção de repúdio a essa atitude.

Hoje, todos sabem que o racismo é crime inafiançável. Ele não pode ter esse tipo de prática, principalmente no exercício do seu mandato como estava o vereador Cristiano. Infelizmente, o deputado Adolfo Menezes não está aqui nem o deputado Luciano Simões. Quero abrir também a discussão sobre a reforma política e a questão do crescimento da violência contra a mulher no Brasil. Quando Lula assumiu a presidência em 2003 as mulheres brasileiras tinham apenas um conselho nacional de defesa dos direitos das mulheres, sem estrutura, desprestigiado por Fernando Henrique Cardoso, não tinha uma política pública para fazer frente a essa questão da violência contra a mulher. Como é que depois de 10, 11 anos, deputado Carlos Brasileiro, com tanta política pública houve um crescimento da violência? Para mim essa pesquisa está equivocada. Temos que ver que as mulheres se encorajaram, se empoderaram e hoje a denúncia é muito maior.

Então, acho que existe uma confusão em relação a esses dados. As mulheres estão denunciando mais e eles estão dizendo que há um aumento do número de violência. Acho que a violência contra a mulher é uma realidade concreta, cruel e que precisa ser combatida. A Lei Maria da Penha é o principal instrumento que temos para fazer o enfrentamento da violência doméstica, da violência sexual. Mas dizer que houve um crescimento da violência, eu questiono esses dados e precisamos fazer um debate para que as coisas sejam realmente esclarecidas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Solicito ao querido deputado Carlos Brasileiro, se for possível, ou ao deputado Pedro Tavares que assuma a presidência para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de 5 minutos, que estava conduzindo esta sessão com muito brilhantismo e altivez.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas presentes, senhores vereadores citados aqui pela deputada Luiza Maia e demais senhores que honram essas Galerias e esta Casa com suas presenças, faço uso desta tribuna para parabenizar o vice-governador do Estado Dr. Otto Alencar. E com ele também o sempre pronto governador Jaques Wagner que aumentaram o tom ao cobrar da via Bahia a finalização dos trabalhos de recuperação da BR 324, aqui à altura de Pirajá, que estava criando transtorno à sociedade baiana como um todo e muito mais àqueles da Região Metropolitana que precisavam passar por ali indo ou vindo trabalhar ou para outros afazeres. E precisou então o nosso vice-governador subir o tom com esses empresários, quase irresponsáveis, que estão pouco se preocupando com os cidadãos contribuintes pagadores de impostos; eles apenas querem, com seus pedágios, colher o dinheiro de todos durante 24 horas e às vezes para nem sequer dizer para que veio.

Gostaria também, Sr. Presidente, querido deputado Carlos Brasileiro, que preside esta sessão – homem sensível, muito sério desta região, não só de Senhor do Bonfim, mas de toda a região e da Bahia –, de parabenizar a força-tarefa criada pelo governo do Estado, envolvendo o Ministério Público, policiais que estão sendo e foram preparados para intermediar conflitos em vias públicas quando das interrupções de vias em protestos que, embora, justos, pois os prejudicados têm direito de reclamar, afetam pessoas que nada têm a ver com o caso. Trancam vias, BRs, BAs, estradas, pegando as pessoas de surpresa, de madrugada, muitas vezes chegando do interior para a consultas médicas, compromissos, ou as que estão na capital, precisando chegar para seus compromissos.

Volto a dizer que não se pode impedir o direito de protestos, de movimentos, mas, também não podemos desrespeitar a Constituição federal, que diz claramente que é livre o direito de ir e vir.

Não podemos continuar assistindo a verdadeiros absurdos. Uma pista ser fechada de 4 horas da manhã às 14 horas, como no último movimento, em que os moradores de Menino Jesus reclamaram pela liberação de uma via que a Via Bahia interrompeu, dizendo que não estava legal, atingindo milhares e milhares de baianos, pessoas perdendo avião, compromissos. Imaginem que um exame no SUS, por exemplo, pode levar um ano para ser marcado, e no exato momento se faz um protesto, por mais legítimo que seja.

Não podemos assistir a esse tipo de protesto o tempo todo, que desrespeita os mais dignos cidadãos baianos, pagadores de impostos, mas manteremos a liberdade de protesto, de movimento. Parabenizamos esta força-tarefa tão bem pensada pelo governo do Estado, que tem o papel elogiado de fazer a união do que reclama com o

reclamado.

No dia de hoje, um conflito durou apenas 40 minutos, a partir do momento em que a pista foi fechada, e a força-tarefa participou, chegando a termo, resolvendo em 40 minutos a desobstrução da pista.

Parabéns ao governo do Estado! Parabéns aos líderes do movimento! Parabéns ao Ministério Público e à força-tarefa, incluindo a Polícia Militar, com o comando que agiu ali no direito, na defesa e na segurança dos que participaram!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Junior pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, mais uma vez volto a esta tribuna para relatar as dificuldades por que vêm passando algumas empresas que prestam serviço ao Estado da Bahia. Já é pública e notória, divulgada em diversos meios de comunicação, a situação em que se encontram as finanças do Estado. Recentemente, foi publicada nos maiores jornais de circulação uma nota emitida pela Associação Baiana de Empresas de Obras Públicas relatando as dificuldades financeiras por que várias e várias empresas vêm passando em nosso Estado.

Como exemplo disso, ontem recebi lideranças políticas de Aiquara, que se queixaram que por lá já se arrasta há alguns meses a recuperação da estrada que liga o povoado da Palmeirinha, na BR-330, à sede do município. A obra está completamente paralisada. Faz 4 ou 5 meses que as máquinas pararam. E a alegação por parte do governo é que a empresa teria quebrado. Ora, mas como é que a empresa não vai quebrar se o governo vem massacrando os prestadores de serviços?

Está lá a obra paralisada, e já retiraram as máquinas. A empresa já abandonou o local. Estão esperando que a segunda colocada na licitação recomece a recuperação da estrada. Mas, pelo que nos consta, a segunda colocada também não quer começar as obras com medo de não receber pelos serviços prestados. E isso ocorre, meu caro presidente, com os prestadores de serviços em várias áreas do Estado.

Aqui, diversos parlamentares da Bancada da Oposição já denunciaram essa grave situação porque vem passando o Estado da Bahia.

Se formos analisar, a Conder é um festival de obras inacabadas. Isso foi dito, deputado Elmar Nascimento, pelo próprio secretário de Desenvolvimento Urbano, Cícero Monteiro, que num ato de coragem e compromisso com as coisas públicas relatou as dificuldades enfrentadas para concluir diversas obras no interior do Estado da Bahia. Então, infelizmente, deputado Marcelino Galo, essa é a triste realidade do Estado da Bahia, e V.Ex^a sabe disso! Isso prejudica, e muito, diversos municípios.

No Município de Jequié existem praças em que começaram a fazer as reformas há mais de 1 ano, e não tem um fim.

Volto a esta tribuna, nobre presidente, para cobrar providências e fazer um alerta sobre o que vem acontecendo no interior do nosso Estado.

Recentemente, conversava com amigos de Ilhéus sobre a tão falada segunda ponte de lá, prometida por Jaques Wagner desde a primeira campanha para governador, em 2006. Depois de 7 anos de tanta promessa, começou a construção dessa ponte, que é um sonho...

E volto a me lembrar da construção da primeira ponte, realizada pelo meu querido avô, o ex-governador Lomanto Júnior, que foi tão importante para o desenvolvimento da região de Ilhéus.

Soube que assim que se iniciaram as obras dois funcionários ali faleceram. Foi preciso o Ministério Público entrar e paralisar as obras. V.Ex^a vê que é um fato grave que também precisa e deve ser apurado.

Então, para concluir, Sr. Presidente, queria fazer um apelo para que o governo estadual e o governador Jaques Wagner consigam solucionar esses graves problemas financeiros que o Estado da Bahia vem enfrentando, os quais vêm afligindo e massacrando diversos fornecedores e prestadores de serviço em todas as áreas. Muitos, como já disse, já estão até fechando as suas portas. É nesse sentido que fazemos um apelo para que se equacione e resolva a situação dessas pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputadas Luiza Maia e Maria Luiza, duas excelentes parlamentares desta Casa que fazem parte de uma nova geração de representantes femininas, Srs. Deputados, Srs. das Galerias, ontem realizamos aqui na Assembleia o encerramento da 1ª Semana de Vigilância Sanitária do Estado da Bahia. Ela começou no dia 23, indo até 25 de setembro, com várias atividades sobre o que executam os profissionais dessa área e também as suas necessidades técnicas, políticas, de estruturação de carreira e dos direitos que eles têm.

Elas foram bastante esclarecedoras e contribuíram muito para a qualificação não só dos próprios participantes, como também dos nobres parlamentares presentes, no sentido de serem qualificados para entender a atividade desses trabalhadores, que atuam desde os cemitérios até pequenas unidades, incluindo o beneficiamento da natalidade, pois as maternidades estão sujeitas à fiscalização deles, que exercem não só uma atividade punitiva e fiscalizadora, mas igualmente educadora. Assim, a população compreende as boas práticas de higiene, principalmente para a produção de alimentos, que é muito importante. Afinal, o que o povo consome precisa estar sujeito a normas.

E o trabalho para o esclarecimento popular tem realmente importância, porque às vezes há muita confusão, inclusive levando a própria população a ficar contra esses agentes sanitários. Lá no evento foi relatado um caso inusitado e também hilário. Havia um comerciante do interior que tinha um negócio chamado O Vencidão, porque ele só vendia mercadorias já vencidas por um preço mais barato -

aliás, bem mais barato. Quando a vigilância sanitária fechou aquela unidade cumprindo a sua obrigação, a população quase linchou os agentes.

Então, esse trabalho é fundamental. Aqui, ontem, nós aprendemos muito. Aprendemos e saímos dali muito mais bem preparados para tratar de uma questão fundamental para as comunidades no interior e para as unidades de produção. Ali, também, foram relatados vários casos de produção dos nossos deliciosos requeijão e doce de leite. E nós consumimos tanto tais produtos.

De forma que, ali, também, nós nos comprometemos com aqueles profissionais de tratar uma questão muito importante para o exercício dessa atividade, porque esta é uma atividade que é uma função de estado. Então aqueles profissionais deverão ser enquadrados e estruturados como agentes do estado. Para isso, eles precisarão ter uma estrutura de carreira com um plano de cargos e salários.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- O deputado Carlos Brasileiro, momentaneamente presidente desta sessão, também, nos deu a honra de estar participando assim como o deputado Joseildo Ramos. O deputado Zé Neto, também, foi coautor daquela audiência pública. Vamos formar uma comissão para trabalharmos juntos com esses profissionais para que esta Casa aprove um plano de estruturação de carreira para que eles possam servir melhor à nossa sociedade.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Convido o deputado Leur Lomanto Júnior para assumir a Presidência da Mesa para eu poder fazer o uso da palavra.

(O Sr. Leur Lomanto Junior assume a Presidência da Mesa desta sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Com a palavra o deputado Carlos Brasileiro, grande craque de futebol, representando Bonfim.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Bom-dia, Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas Luiza Maia e Maria Luiza, Srs. Servidores desta Casa, aqueles que nos visitam e estão nas Galerias Paulo Jackson, venho a esta tribuna para colocar a nossa posição sobre a situação em que o governo está atravessando.

Não quero, em nenhum momento, fazer polêmica tampouco discordar do nobre presidente Leur Lomanto, por quem tenho muito carinho e respeito, pela sua postura quando faz o seu papel de Oposição e quando critica as ações que deixam de ser feitas pelo governo ou situações como esta em que estamos vivendo.

É fato também que nós, mesmo sendo da Base do Governo, temos nos preocupado com a situação em que o governo vive. Por isso, temos nos reunidos, não só a Bancada do Partido dos Trabalhadores mas também as Lideranças e Vice-Lideranças dos partidos da Base do Governo, cobrando daqueles que, realmente, detêm o poder de tomada de decisão para que esta situação seja resolvida. As pessoas têm procurado buscar os caminhos das soluções desses problemas.

E é fato que, com relação aos trabalhadores terceirizados e com relação aos trabalhadores do PSTs, temos de deixar claro, também neste debate, que muitos

prestadores de serviços vão receber os seus salários em tempo hábil. Vejam, das 15 empresas contratadas pelo governo, ao menos, oito empresas estavam irregulares perante ao Fisco, perante a Previdência e perante outros organismos dos governos estadual e federal quanto ao pagamento de salários dessas pessoas. Por isso, o governo do estado, corretamente, toma tais medidas. Este é o papel do governo do estado.

Para a nossa honra, afirmo que fiz isso quando prefeito do Senhor do Bonfim. Presidente Leur, a partir do segundo ano do nosso mandato, nenhuma empresa recebia o pagamento dos serviços prestados se não estivesse em dia com os tributos e com relação aos seus trabalhadores.

Então existe uma dupla ação a ser tomada. Isso aconteceu, realmente, por falta de um planejamento maior da parte do governo estado com relação aos PSTs e às terceirizadas. Mas o ocorrido, também, se deu pelo fato de as empresas terceirizadas estarem irregulares com os seus tributos.

Vejam, quanto à Secretaria da Educação, por exemplo, foi determinada a suspensão de oito contratos, porque essas empresas não estavam correspondendo com as suas obrigações em relação aos trabalhadores que prestavam serviço ao governo do Estado.

Com relação as obras também é preciso ser colocado que o governador do Estado preocupado com essa situação, recentemente, chamou mais uma vez todo o seu secretariado para dizer que não só cumprissem o decreto que ele baixou com o pedido de exoneração e redução de 10% do quadro de comissionados, mas também para que todos passassem, a partir de agora, quinzenalmente a situação financeira, orçamentária, de cada secretaria.

Não quero aqui acusar nenhum secretário, uma vez que o governador do Estado Jaques Wagner, republicano autêntico, ao permitir que os secretários tenham autonomia, ele o fez em confiança ao seu corpo de apoio, aos seus comandados. Mas é claro que o governador também tem essa preocupação e por isso fez as mudanças necessárias, inclusive com a movimentação de cadeiras, para que o secretário Manoel Vitória, uma pessoa que tem realmente um conhecimento profundo de controle e administração, possa priorizar as ações para que o nosso Estado saia, o mais breve possível, dessa situação que preocupa a todos. Não só aos senhores da Oposição que estão no papel de fazer a cobrança e a crítica, mas a nós também que estamos na Base, porque não estamos na Base apenas para dizer amém como, infelizmente, alguns companheiros da Oposição colocam de maneira generalizada, de que somos obedientes sem medirmos as consequências. Não. Nós somos responsáveis. Nós nos preocupamos e buscamos, inclusive, informações mais concretas sobre a situação justamente para que possamos ajudar o governo a sair dessa situação que é preocupante para toda a Bahia.

Mas tenho absoluta convicção de que o governador tomou as medidas corretas e, no máximo, até o final de janeiro, início de fevereiro, o nosso governo e o nosso Estado vai estar gozando de uma saúde financeira positiva para que até o final do seu mandato ele realize o sonho dos baianos e conclua o seu segundo mandato com a

mesma envergadura, com a mesma gana e com a mesma responsabilidade com que concluiu o primeiro mandato. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Gostaria que V.Ex^a procedesse à uma verificação de quórum abrindo o tempo de 15 minutos para que os deputados possam adentrar ao Plenário e possamos continuar a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- A solicitação de V.Ex^a será atendida, deputado.

Peço para que seja aberto o tempo de 15 minutos porque há um pedido de verificação de quórum solicitada pelo deputado Paulo Azi.

Srs. Parlamentares que se encontram na Assembleia Legislativa da Bahia, por favor, dirijam-se ao Plenário porque há um pedido de verificação de quórum solicitada pelo deputado Paulo Azi.

Quero também registrar a presença dos estudantes do Colégio Estadual Renan Baleeiro, do bairro de Águas Claras, que estão aqui visitando a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia através do programa A Escola e o Legislativo.

Os Srs. Parlamentares que ainda não marcaram as suas presenças, há um pedido de verificação de quórum solicitada pelo deputado Paulo Azi.

Peço que seja aberto o tempo de 15 minutos.

(Tem início a contagem dos 15 minutos para verificação do quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Não havendo número suficiente para a continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*